

# Faria entrega defesa sobre o rombo no IPC

CORREIO BRASILEIRO

IVALDO CAVALCANTE



*Gustavo de Faria tenta defesa*

O deputado Gustavo de Faria (RJ), acusado de aplicar de forma irregular dinheiro do IPC — Instituto de Previdência dos Congressistas —, será ouvido, no próximo dia 10, pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados instituída para apurar os fatos e decidir se o deputado deve ou não ter o seu mandato parlamentar cassado. No começo desta semana, o advogado de Faria, José de Castro Ferreira, entregou à Comissão Especial a defesa do deputado para ser por ela examinada.

José de Castro Ferreira, num documento de 200 páginas, afirma, em muitos momentos, que Gustavo de Faria não cometeu nenhum tipo de erro e não praticou nenhuma ilegalidade. Disse, ainda, que o deputado não causou prejuízos ao IPC, não sendo contemplado por qualquer tipo de vantagem indevida. O advogado critica a auditoria financeira que foi encomendada pelo Senado por ela não ter sido feita por profissionais competentes do mercado financeiro.

O senador Ruy Bacelar (PMDB-BA), que é o sucessor de Gustavo de Faria no IPC, e os deputados Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), Nélson Jobim (PMDB-RS) e Plínio Martins (PMDB-MS) são acusados por José de Castro Ferreira de terem feito um pré-julgamento do episódio. Na defesa, o advogado transcreveu vários títulos de matérias que foram publicadas pelos jornais e revistas, afirmou em seguida que nada escapou do furo difamatório, da vesânia vituperativa e da protéria de enxovalha.

Segundo o advogado de defesa de Faria, todas as informações publicadas eram fantasiosas, imprecisas, inexatas, irreais, mirabolantes, bombásticas, megalômanas e outras duas centenas de qualificativos de igual teor.

Ainda na defesa, o advogado mostra um relatório da gestão de Gustavo de Faria à frente do IPC, com resultados financeiros positivos e tenta uma justificativa para a compra de Títulos da Dívida Agrária, bem como sua troca por obrigações da Eletrobrás e posterior permuta por debêntures da empresa A Rural e Colonização.

Ao final da defesa, o advogado José de Castro Ferreira afirma que “parece não restar qualquer dúvida de que o presente processo cassatório é natimorto, desde as violências cometidas na Comissão de Constituição e Justiça, quanto às garantias constitucionais e regimentais, obrigatoriamente aplicáveis à espécie”.

Ferreira requereu a deferência de uma auditoria externa, no IPC, cobrindo na gestão de Gustavo de Faria todos os atos havidos por arbitrários, ilegais, irregulares ou ilícitos, pela Representação da Mesa da Câmara.

Ele quer que a auditoria seja feita por uma firma idônea, nacionalmente conhecida e de “reputação ilibada”.